

Reunião Conec 25 de novembro de 2015.

Abertura Secretário Paulo Gabriel.

O Secretário cumprimenta todos/as os/as participantes e inicia sua fala comentando sobre o cenário político e econômico que o Brasil está vivenciando e o quanto que isso vem refletindo na execução de ações do MEC, principalmente na SECADI. Pontua a questão orçamentária e também a interinidade (O MEC em pouco tempo teve três ministros), comenta também que seu exercício como Secretário se deu somente em maio de 2015. Mesmo tendo essas três transições, o Secretário teve contatos com Ciro Gomes e Renato Janine relacionados às ações da SECADI. O Secretário menciona que o atual Ministro, Mercadante, traz uma estabilidade para a SECADI, visto que dentro os três é o que mais tem afinidades com as temáticas da Secretaria, destaca que muitos encaminhamentos feitos pelo Ministro estão sendo executados, como por exemplo, a inclusão das Escolas Famílias Agrícolas no Fundeb.

A SECADI por ser uma das Secretarias mais novas e menos enraizada do MEC teve um corte orçamentário mais significativo que as demais Secretarias. Em muitas ocasiões foi necessário negar os pedidos, o que não era algo muito cômodo para quem estava assumindo a Secretaria.

Avalia que a SECADI tem um bom relacionamento com os movimentos e que estes têm uma paciência histórica. Avalia também que houve avanços em algumas áreas no sentido da estruturalização e, coloca isso como um desafio para assumir nos próximos anos, os secretários anteriores fizeram uma série de encaminhamentos para a educação do campo, houve uma consolidação do ponto de vista conceitual no MEC, nas instâncias governamentais a educação do campo de forma muito efetiva. Teve muitas políticas lançadas na esteira deste processo e agora tem-se a oportunidade de consolidar todos esses programas dando à educação do campo o enraizamento nas instâncias institucionais dos entes federados brasileiros, esse é o desafio. Esse enraizamento pode ser visto nas Licenciaturas em Educação do Campo, que coloca a política num outro patamar,

mas é preciso consolidar essa política. Tem-se o Programa Escola da Terra, então agora é preciso efetivamente consolidar essa política.

A Conec tem o papel efetivo de contribuir com essas questões, o grande desafio para os próximos anos são: a questão do fechamento de escolas; a expansão das escolas do campo e a consolidação das Licenciaturas em Educação do Campo. A SECADI já tomou algumas medidas em 2015 para as Ledocs, como o acompanhamento, a realização do Seminário na UFFS, criou-se também um grupo que está estudando a geografia das escolas do campo, buscando estabelecer critérios que demonstrem de forma efetiva a impossibilidade de fechar escolas baseado apenas no número de estudantes. Cita um caso no interior da Inglaterra que a escola permaneceu aberta mesmo tendo um estudante apenas. No Enera foi lançado pelo ex-Ministro Janine a comissão pra criar o Residência Mais Escolas do campo, a idéia é fortalecer o vínculo entre as Ledocs e a ponta. Além disso, tem a construção de creches, o desafio da educação infantil do campo, e a Base Nacional Comum. Mesmo no momento de restrições orçamentárias existe uma série de questões que se pode avançar nesta institucionalização dessa política, dando enraizamento profundo nos entes federados, de modo que os movimentos sociais possam reservar suas energias para outras lutas. Para o ano que vem tem-se a previsão de que o Residência Mais Escolas do Campo já comece, mas ainda tem muito a avançar. A Licenciatura, do ponto de vista de política, deve ser percebida como estratégia para consolidação das escolas do campo. É preciso acompanhar essas licenciaturas visto que há questionamentos acerca das vagas que vão para os cursos, assim os movimentos sociais tem um papel estratégicos de cobrar, de denunciar, apoiar os professores la na ponta. Essa é a política mais estratégica para o enraizamento da educação do campo no sistema.

A discussão da Base é fundamental, no início houve pouca articulação entre SEB e SECADI na construção da Base Nacional Comum, mas atualmente a SEB está apresentando a Base para todas as Comissões da SECADI e a Conec é fundamental para a construção da Base. Sugere a constituição de um grupo de trabalho para fazer a leitura mais detalhada da Base, se for necessário a SECADI

irá viabilizar reuniões para debater a construção da Base. Alerta o Secretário que não se deve confundir a Base com o currículo, visto que do ponto de vista da educação do campo isso fica mais evidente. Currículo é ação e construção histórica. E a educação do campo tem muito a ensinar na construção da Base. Ressalta a Base tem uma pretensão de 60% do tempo ou do conteúdo ou dos caminhos dos programas das escolas. Questiona-se: será que aquilo ali efetivamente dá conta só de 50%, 60% do tempo? Será que o tempo que se terá disponível para outros conteúdos, construções problemáticas, dá conta do desafio da educação do campo? Como que se terá uma manifestação concreta da Educação do Campo a partir da Base? Como que ficam as diretrizes da educação do campo diante da Base? São questões que a Comissão tem como responder. Temos até março para apontar essa direção, depois de março o Mec terá um momento para consolidar a Base e encaminhar para o CNE, que já será uma outra instância de debates. Quando se fala em currículo se entra num território de disputa e quando se trata de Educação do Campo essa disputa é mais acirrada.

Mesmo com a falta de orçamento financeiro, há outros recursos como força e militância, para avançar na consolidação da educação do campo no MEC.

Semana passada o Secretário representou o Ministro na Câmara para discutir a questão de ideologia de gênero.

Hoje de tarde o Secretário e a Diretora Rita estarão na Capes para constituir um grupo de trabalho para estudar mecanismos de inclusão de negros, indígenas, pessoas com deficiência, as minorias reais e simbólicas na pós-graduação.

Wanderlei do MST faz uma cobrança, pois estava engatilhada uma reunião do FONEC com o Ministro Janine, e antes que finalize este ano, cobra algum posicionamento sobre a realização da reunião com o novo Ministro. Comentou também sobre o GT da Residência. O Secretário orientou que se faça um novo encaminhamento solicitando a reunião para o Ministro.

Lacerda menciona que é preciso assegurar a Educação do Campo e a diversidade do campo, e isso é um grande desafio, porque sabe-se que na ponta, ainda se baseia no marco legal, e ainda há muitas dificuldades de se implementar

ações da educação do campo. As políticas são muito universais e na hora de assegurar essas políticas há muitas dificuldades, por exemplo, o Pronatec Campo, o fechamento das escolas do campo. Manifestou preocupação sobre o georeferenciamento, pois este instrumento tem que vir de fato a ajudar na proibição do fechamento das escolas do campo e não ser um instrumento que ajude a fechar as escolas. É preciso ter cuidado para que o georeferenciamento não se transforme no Decreto que coíbe o fechamento que também tem ajudado os prefeitos a fecharem escolas. Os prefeitos convencem os Conselhos, a comunidade, com aquele discurso de que o bom é estudar na cidade porque tem todas as ferramentas.

Jair Rech comentou sobre a importância da discussão de gênero, a UnB tem muitos estudantes do entorno de Goiás, o Sindicato tem discutido assuntos que são importantes para o MEC, que é a privatização das escolas públicas, através das OS Goiás já está implementado isso, além disso tem ainda a militarização das escolas, haja vista que no Goiás há uma orientação para retirar a palavra *gênero* de gênero alimentício das discussões nas escolas, então nas escolas não pode nem ter o nome de gênero alimentício, e essa é a corrente que está no Congresso e que estão tentando levar para essa direção, diante disso é importante que o Mec coloque essa discussão em pauta, realizando seminários com as Universidades, com os Secretários de Educação, Undime – que tem pactuado com o fechamento de escolas por questão de economia -, então essa discussão tem que ser colocada em pauta: o Congresso encampando discussão contra as questões de gênero e a privatização de escolas.

Manoel – Uncme, menciona que é o posicionamento da Uncme que não haverá nenhum fechamento de escolas se não houver a autorização prévia dos Conselhos Municipais de Educação, em Sergipe e na Bahia isso já é uma realidade, e no próximo dia 15 a Uncme já solicitou a todos os coordenadores uma posição de cada Estado, a partir daí será feito procedimentos internos para evitar o fechamento de escolas do campo.

Secretário – As questões que foram trazidas foram anotadas pela equipe da SECADI. Um aspecto relevante mencionado pelo Secretário foi a tragédia em Mariana em Minas Gerais, essa tragédia trouxe uma preocupação para o Brasil, pois, afeta o campo e nesse sentido a educação do campo tem que ter um papel importante para que episódio de Mariana não se repita. Em São Paulo tem um centro de estudos de prevenção de desastres naturais e de impactos ambientais e a educação do campo tem que discutir essa dimensão, criando programas de formação de professores, programas de acompanhamento de escolas, formação de alunos nessa dimensão. Na Bahia tem várias experiências ruins onde tem mineradoras que estão a poucos metros de escolas e quando detona os alunos têm que sair da escola, pois corre o risco do prédio cair, e isso acontece de forma intensa no Brasil, porque a tendência é que a mineração aumente cada vez mais e essa dispersão vai se aproximar das comunidades. O Secretário deixa isso como provocação e menciona que quando foi reitor do Recôncavo Baiano, criou um Núcleo de Estudos da Mineração em Santo Amaro, que é uma cidade com alta de poluição de chumbo, o Secretário entrou em contato com os professores do Núcleo solicitando que eles fizessem um projeto, um seminário para discutir essa questão, e pede que a Conec e o Fonec se associem a essa iniciativa, pois fica no imaginário de como era tratada a questão da mineradora na escola, qual era o debate sobre isso. Então é uma dimensão que se pode fortalecer em prevenção, em formação, em discussão ambiental.

Apresentação da pauta pela Diretora Rita.

Divina – a pauta foi construída com base na fala do Secretário, em função do corte orçamentário, em função desse momento que está se passando, em cima do que a Coordenação conseguiu executar ao longo de 2015.

() Sugere levantar os pontos que são considerados sérios para serem tratados em todos os âmbitos e comissões ligados a educação do campo, além da mineração, tem outras, por exemplo, a questão do veneno sobre as escolas.

Rita – Sugere que essa ponderação seja tratada como encaminhamento.

Rita – Fala sobre as portarias 102, 948, 100. Esse ano de poucos recursos, a SECADI está trabalhando no sentido de ampliar as condições estruturais para melhoria e fortalecimento das escolas do campo. Diante disso, foi constituído nesse segundo semestre 03 Grupos de Trabalho, o primeiro da Portaria 102 que tem como objetivo acompanhar, oferecer sugestões de aperfeiçoamento e fortalecimento institucional das Ledocs e a comissão definiu o trabalho pautado no mapeamento das experiências, artigo 2º, da Portaria. Faz a leitura sobre o que compete a comissão. Já teve reuniões presenciais e através de vídeo-conferência, esta se realizou no dia 17 de dezembro.

Divina – Dentro da pasta tem a relação dos membros de cada GT.

Divina – Essa comissão foi criada e não é um GT, ela está dentro da Conec, até porque é uma comissão provisória, especial, para tratar de assuntos pontuais, e esses assuntos foram levantados no último encontro com os coordenadores da Ledoc, no começo de junho, e em função da pauta, por orientação do Secretário e da Diretora Rita foi criada essa comissão especial para subsidiar a coordenação na tomada de decisões, e sem contar que as Ledocs ainda continuam com aquele antigo problema de institucionalização dentro das Universidades, além disso, também tem o problema de recurso, diante disso a comissão definiu três linhas de trabalho: mapear, garantir os princípios da educação do campo na formação, que percebeu-se que em muitas situações, se for olhar os trabalhos desenvolvidos pelas 4 pilotos, observou-se que ao longo do tempo os princípios da educação do campo começou a desaparecer dentro dos PPP dos cursos de hoje, então resolveu-se fazer esse levantamento, mapeamento pedagógico, quantitativo e qualitativo dessas Ledocs, que hoje a Coordenação não tem, o que se tem são projetos individuais de coordenadores dentro de cada universidade e esse coordenador continua se debatendo dentro da universidade para se levar esse curso, então para essa medida, chegou-se ao entendimento que o Sisfor, que é um sistema do MEC de formação continuada, que foi feitas algumas modificações para receber as Ledocs, esse Sisfor, dentro da Universidade é acompanhado por um representante do reitor, que faz o planejamento de recurso de formação do Mec dentro dessa universidade, então esse sistema é importante, então a Ledoc,

até então não tinha obrigatoriedade de preencher esse sistema agora eles terão que fazer isso, pois é a única ferramenta que se tem para que a universidade, o reitor, pró-reitor enxergue esses cursos. Então os coordenadores terão que preencher as quantidades de vagas de docentes efetivadas, terão que informar aonde esses docentes estão lotados, vão ter que relacionar todos os cursistas, e isso fará com que o MEC também enxergue esses alunos.

Rita – Esse sistema é importante porque antes as Universidades apresentavam os projetos e a Secadi não tinha como acompanhar. Embora o Sisfor seja para a formação continuada, houve um diálogo com a DTI para que adequasse o sistema para captar dados da Ledoc. Então é uma forma de visibilizar a Ledoc, porque a Universidade vai saber que o curso está lá, e também para o Mec, porque como se sabe, há muitas mudanças de gestores, e acaba ficando sem um histórico institucional de todo um processo, e ficando registrado isso pode ajudar a melhorar a política.

() A obrigatoriedade de preencher o sistema também ajudará a acompanhar a oferta, pois tem cursos que estão tendo descontinuidade de oferta de vagas no Enem.

Rita – Isso é o mínimo, porque foi uma luta para conseguir complementar esses cursos, para conseguir aquelas reservas de vagas, destinando vagas para contratação de docência para esses cursos, e isso não se pode perder, de ser ter esse sistema de acompanhamento, porque esse docentes se sentem valorizados, e geralmente para esses professores que estão implementando cursos da diversidade eles sofrem muito, assim como todo o projeto que quer fazer o diferencial dentro de uma estrutura pesada, universalista, sofre com os entraves burocráticos, então pode ajudar nesse aspecto. Também tem o Seminário Nacional das Ledocs que muitos aspectos foram tocados, muitos desses pontos importantes que foram tratados foram levantados nesse seminário, que agora vai ter o II Seminário.

Divina – Paralelo a isso, como não conseguiu captar a informação se a universidade tem intenção em ofertas novos cursos, está sendo elaborado, e no

Seminário, iremos discutir esse novo questionário que contempla mais a parte pedagógica, administrativa da universidade pra verificar se a mesma tem intenção de continuar a ofertar a Ledoc.

Joel - Tem outra questão importante a ser apontada se refere ao perfil do egresso das Ledocs, de que forma esse egresso vai atuar, e qual o impacto disso na educação básica? E na formação dele em si e do sujeito do campo, onde os quais ele irá atuar, então essa discussão foi feita, dessa perspectiva da relação das ledocs e a educação básica, de não perde de vista essa perspectiva de médio a longo prazo, de que forma que isso vai impactar na relação da educação do campo, dos sujeitos do campo e do campo. Então, talvez pensar nessa perspectiva, apesar de saber que é outra dimensão de trabalho, mas é um trabalho que precisa ser incorporado, e merece destaque enquanto política contínua de acompanhamento.

Divina – Esse grupo tem 180 dias, e está dividido em três momentos. O primeiro é tentar fazer esse mapeamento, onde está o gargalo, se há intenção de continuar e a partir disso, tem os outros dois momentos, e todos esses três grupos constituídos de alguma forma se complementam com suas ações

() No Seminário Nacional das Ledocs no ano passado que foi no Pará foi percebido que muitas Universidades só entraram por causa do Edital, então hoje estão todos espalhados, cada um tentado levar para o seu lado, aquela questão internamente onde estão esses educadores, o sistema pode ajudar a acompanhar isso. Outra questão são os princípios da educação do campo no processo de formação, porque a maioria deles não foram formados com essa perspectiva, então como garantir esse processo de formação contemplando esses princípios, pra não ser apenas mais um curso.

Rita – Portaria GT de Fortalecimento da Educação do Campo tem os fundamentos, e logo diz quais são as finalidades desse trabalho. () Constituição dos GTs. Tem prazo de 120 dias para apresentar algumas indicações para o fortalecimento das escolas do campo. Já teve reuniões presenciais e por vídeo-conferência em 11 de dezembro. Próxima reunião em janeiro. Tem a memória da

última reunião por vídeo-conferência. Discussão sobre o fechamento das escolas do campo, e busca de um alinhamento técnico pedagógico ().

Ao final do trabalho o georeferenciamento ajude de fato a ter critérios para que essas escolas não sejam fechadas, e não utilizar o resultado do georeferenciamento para justificar o fechamento, essa é a preocupação do GT.

De modo geral, de todas as conversas com GT, destaca o investimento para o próximo ano na ação Campanha contra o fechamento das escolas do campo, essa ação não é somente do MEC, tem que ser uma parceria, articulada com vários ministérios, para que de fato se tenha força para coibir os excessos. Obviamente o Mec não tem autoridade para coibir o gestor de fechar escolas, mas tem-se mecanismos de estar construindo esses mecanismos, de estar formando a equipe do Mec nessa própria construção, inclusive, nessa construção de pensar de fato e consolidar que o que se quer é uma escola do campo que esteja lá para que o sujeito possa manter sua identidade, toda aquela ideologia de inserção que se tem para as escolas do campo. Nessa Campanha Nacional terão várias ações, entre elas, instigar o CNE para que se mobilize e mobilize os Conselhos Estaduais e Municipais por meio de audiência, seminários, para que construa critérios, porque a Lei diz que fica a cargo dos Conselhos Municipais ou comunidades manifestarem sobre o fechamento das escolas, mas o CNE pode ajudar nesse sentido, então a Diretoria vai instigar o CNE a se pronunciar e ele vai declarar essa campanha chamando audiências públicas e seminários, para que construa esses critérios para evitar o fechamento das escolas do campo. Além dessa ação a própria Presidência vai fazer parte. Outra ação, a longo prazo, é a construção de escolas em parceria com outros órgãos, isso ainda não está certo, mas é uma preocupação que o GT levantou, que o Secretário já se comprometeu a ver com outros órgãos a construção de escolas, que não seja somente via PAR. As construções via PAR vão continuar, mas tem certas situações que é necessário buscar outras alternativas.

Lacerda – O GT surgiu em função das muitas denúncias que a Contag estava recebendo sobre o fechamento das escolas do campo. 37 mil escolas foram

fechadas. Se caminhar assim, daqui 20 anos não vai ter mais escolas do campo. Na última reunião houve um avanço na perspectiva de que o GT não é só para coibir o fechamento das escolas, porque não adiante fechar uma escola e a outra os alunos sentam no chão, não é esse tipo de escola que queremos para o campo. Também não adianta ter uma escola linda no campo e não ter um PPP que trabalhe isso nas escolas do campo. Avançou também a questão de Residência Docência do Campo. O GT está bem afinado com a concepção de educação do campo. A grande preocupação é com relação ao georeferenciamento, é que a lei que proíbe o fechamento das escolas, e nesse sentido é importante que se tenha uma representação dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos Estaduais, pois essa é o grande problema, ontem o sindicato do Espírito Santo procurou a Contag falando que o prefeito vai fechar escolas, fizeram até um documento contra o fechamento, só que lá na comunidade o prefeito convence o Conselho Municipal a concordar com o fechamento da escola, existem os Conselhos, mas o prefeito tem uma incidência forte sobre os procedimentos, o prefeito está pressionando o Conselho e a comunidade a não assinarem o abaixo assinado mediante ameaças. Aí o prefeito quando questionado sobre o fechamento das escolas diz que é o MEC que manda fechar por conta da Portaria que a Presidente assinou. Só a lei não está resolvendo, ela ajuda em dado momento, quando a comunidade é organizada e ela não deixa fechar, mas nem sempre vai ter essa comunidade organizada. Então tem que ter ações imediatas e de médio a longo prazo. Quanto à ação imediata é fundamental que se tenha a conscientização desse Conselho. Tem que ter uma incidência forte dos Conselhos Municipal nessa questão. Outra ação imediata é a ação de massa, de conscientização e divulgação, para esclarecer à sociedade que a escola do campo é importante. O georeferenciamento é para subsidiar o trabalho do GT, mas não o fim em si mesmo, esse é um aspecto importante do trabalho do GT, que ele seja um instrumento de apoio, mas não seja o resultado final, porque o resultado final tem que ser uma proposta de coibir, de construção, de fortalecer a educação do campo e a construção de escolas do campo.

Rita – a última reunião do GT foi nesse sentido, que o georeferenciamento é para subsidiar o GT como um todo, é pensar em fortalecer do pedagógico das escolas, pensando na consolidação das escolas.

Manoel – Manifestou discordância com relação à fala do Lacerda em relação à passividade dos Conselhos de Educação colocada por ele, essa não é a leitura que a Uncme tem. Os Conselhos, independente de estar na Conec desde 2014, têm uma posição muito forte que se refere à inibir o fechamento de escolas, se não tiver o ato do Conselho, as escolas não são fechadas. E o Conselho é autônomo e não é subordinado ao prefeito, e é composto por representante da Uncme e pela sociedade civil. Traz o exemplo da Bahia, em Jequié, que a prefeita foi afastada e essa ação começou por iniciativa do Conselho Municipal de Educação e umas das causas apontadas, foi à falta de atenção às escolas do campo. Essa passividade pode até existir, só que de forma isolada, mas quanto a isso pode comunicar a Uncme que sejam tomadas providências. Em Sergipe a Uncme está com um Projeto Piloto, parte da Bahia está integrado a esse trabalho. Uma das ações imediatas da Uncme foi a comunicar o Ministério Público Estadual, solicitando providências, tendo em mãos a relação de todas as escolas do campo, quanto ao fechamento de escolas em Sergipe, junto a isso o Comitê Estadual de Educação do Campo formado em Sergipe, comunicou o MPE para tomar providências, já com a relação de todas as escolas do campo, mostrando individualmente explicação a rede de ensino de educação e à da secretaria de educação, onde ocorreram e como ocorreram. A Uncme é totalmente favorável ao não fechamento das escolas, há não ser que haja uma justificativa coerente. E essa postura é de conhecimento da Undime de Sergipe e da Bahia e da Frente Parlamentar.

Rita – essa Campanha Nacional e essa ação específica definindo os critérios em âmbito nacional, envolvendo vários atores, o diálogo pode se alinhado.

Manoel – Sugiro incluir também o Ministério Público do Estado, que está se mostrando um grande parceiro na Campanha Nacional.

Alexandre – O território da Borborema, lá na Paraíba, está realizando uma pesquisa sobre o fechamento das escolas, e terça-feira foi a socialização dos resultados parciais, e dentro dos aspectos percebidos verificou que primeiro, mexendo na dinâmica familiar o horário dessas crianças foi alterado com a justificativa da nucleação, a escola sai da comunidade, e uma escola com infraestrutura semelhante passam a receber estudantes de quatro ou cinco escolas, a criança que saía antes, faltando dez minutos para começar a aula, agora sai uma hora antes de casa e ela chega também uma hora depois em casa, já de noite, e isso altera toda a dinâmica familiar e da comunidade, aponta um depoimento de uma pessoa que diz que: a comunidade está morrendo, porque antes tinha as mães, as irmãs mais velhas passando pela escola, agora isso não existe mais, as professoras passavam por aqui, conversavam com a gente, a gente acampava lá e agora não dá mais”. Então mexe com toda a dinâmica da comunidade. Outro ponto está relacionada à perda de recursos, como uma escola não é fechada legalmente ela passa a funcionar dentro de outra, então todo o preenchimento no sistema continua da escola isolada, para o MEC a escola está funcionando normalmente, número de estudantes, livros que chegam lá, os recursos que chegam e há um depoimento de uma diretora foi orientada pela contabilidade da prefeitura a não fazer as compras porque se alguém vier aqui e fiscalizar a escola, a escola não está funcionando. A população do Semi-árido protagoniza um processo que é o PDDE águas nas escolas, toda escola passa por um processo de formação de que a água é o mote, e essas escolas que estão passando pelo processo de formação estão sendo fechadas, então educadores (as) comentam que a formação não valeu de nada por que a escola está fechando o ano que vem. O Secretário citou o caso da cidade do interior da escola de um aluno só, aqui no Brasil, antes as pessoas vendiam cabra pra pagar professor e hoje o Estado não tem dinheiro para pagar professor, isso significa perdas nas conquistas. Tem problema de informação da formação ser mais qualificada, no que significa esse processo de nucleação, inclusive junto ao Ministério Público, o ano passado teve um problema, é importante que o MP esteja, mas antes ou Comitê Estadual ou o Fórum ou as pessoas comprometidas com as questões da educação do campo,

tem que sentar com a promotoria, pra explicar o que é isso. Pois já aconteceu de promotor visitar uma escola do campo, escolheu de forma aleatória e opinou que a escola teria que fechar porque não teria condições de funcionar. Então é preciso ter um dialogo antecipado com o MP para explicar tudo o que está acontecendo e que a escola do campo precisa de investimento, precisa de todo um trabalho que dê condições da escola funcionar, caso contrário, será um tiro no pé.

Contribuindo com a discussão sobre o georeferenciamento ele subsidia na espacialização e não qualificação, na descrição. E essa preocupação é extremamente importante, não é porque a escola “x” e próxima da escola “y” que uma tem que fechar.

E o MST está com uma campanha muito bonita, que tem um painel grande com crianças estudantes, com a frase: “Fechar escolas é crime”.

Vanderlúcia – Reforça a preocupação com a Lei, pois as leis são criadas com um propósito e acabam não atendendo de fato esse propósito, mas as leis também são fracas quando não tem por trás uma mobilização forte do povo. Então, para agora o que se quer é, existe o decreto, mas tem falhas, então os Movimentos estão discutindo é que tem que reforçar a campanha essa campanha de fato acontecer via MEC isso vai fortalecer os Movimentos. Agora tem um processo, porque as pessoas vão achando alternativas, tira a escola, e desloca os alunos para outra escola, e essa escola ainda continua existindo, fazendo com que os alunos sofram dentro de um carro durante 3 ou quatro horas para chegar na escola, isso tem que denunciar, e é isso que o MST tem feito, essas questões tem que ser denunciadas, porque isso são formas de lubrificar o sistema, isso não aparece no geral, mas na comunidade está acontecendo isso. Tem outra questão que está acontecendo, que tem que se trazer para o debate é que escolas que são nucleadas e tem outras escolas novas estão indo buscar o registrado no Conselho e não estão conseguindo, e eles estão forçando para que essas escolas novas assumam o registro de uma outra escola que já foi fechada, não se esta aceitando isso, pois é uma falta de ética, assumir o registro de uma escola que foi fechada deixando a comunidade na mão pra eles assumirem a identidade da outra, com o

peso nas costas de que a escola foi fechada, então essa é uma outra Campanha que o MST vem trabalhando de não aceitar o registro na escola nova de uma escola que foi fechada.

Lacerda – Em Barbacena, Minas Gerais, a promotoria concordou com o fechamento das escolas do campo e o CME foi e fechou sete de uma vez. Então o mesmo trabalho de conscientização que se tem que fazer com o MP tem que ser feito com os Conselhos, porque muitas vezes esses órgãos são convencidos, ingenuamente, de concordar em fechar as escolas do campo. A Contag recebe muitas denúncias, mais de 4 mil casos.

Joel – No ES já faz quatro anos ou cinco anos que vem acontecendo esse trabalho de mobilização, inclusive recentemente teve uma audiência pública com MPE, de trabalho com os conselhos, de abertura de comitês municipais, há uma pauta unificada com movimentos sociais no sentido de fortalecer os comitês municipais e estaduais junto com a Frente Parlamentar de Educação do Campo. Mas, a cada dia surgem novas denúncias como em Mimoso do Sul, Cachoeira. E mesmo tendo sendo discutido no estado as diretrizes da educação do campo, principalmente nucleação, então há um enfrentamento grande com os governos municipais e estaduais, mas o debate tem sido feito, contudo não está tendo avanços. Mesmo com toda mobilização escolas estão sendo fechadas. Então tem fazer um debate mais estruturante que é se refere ao financiamento.

Maria Antônia - Faz apontamentos para o Grupo de fortalecimento de educação do campo: 1) os objetivos são importantes, mas tímido, tem uma questão fundamental que é o que se passa no campo no Brasil, o fechamento das escola tem que ser discutido com a questão da população, do território, da expropriação, dos diferentes formatos e atividades econômicas que tem feito no campo, então para discutir a Campanha tem que se discutir o chão, o território, conflitos de posse, caso contrário, vai ficar uma questão isolada. 2) O grupo tem que trabalhar nas outras milhares de escolas e comunidades que não estão organizadas politicamente, que não tem um movimento bem articulado e também tem que trabalhar é que muitos trabalhadores do campo tem acesso a

escolas que não trabalham a identidade do campo. 3) Nas escolas do campo tem muita interferência no SENAR e Sebrae que trazem materiais pedagógicos com conceitos tradicionais, com visão conservadora de sociedade de tecnologias e erros conceituais, então o Grupo tem que atacar isso.

Divina – O georeferenciamento não é entre escolas, porque isso o censo já traz, então é um georeferenciamento da comunidade, que tipo de política pública tem ido nessa comunidade, saúde, educação, é um projeto de campo dessa comunidade, e essa é a importância do georeferenciamento. Quando se pensa nele, teve um destaque melhor, mas por si só ele não se sustenta, então já houve uma primeira reunião com a parte pedagógica, há também um pouco da discussão da construção de escolas, porque em algumas prefeituras não conseguem construir e porque que o governo federal não consegue atuar nesses territórios, então pensou-se na Lei que construiu os estádios, no Fundeb diferenciado, transporte escolar e na segunda reunião trouxe um banner com os valores de recursos diferenciados e percebeu-se que por si só isso não se sustenta, do transporte escolar, pensou em mexer em alguns critérios para que de fato atenda intracampo, então há situações que precisam avançar e o GT está ciente de todas as dificuldades. Tem a experiência muito exitosa do Pará, através do Forum, que irão criar um disque denúncia em parceria com o MP e isso promete alguns avanços. Com relação ao fechamento de escolas que já tem escolas fazendo previsão de fechamento para 2016 e a coordenação do campo solicitou a secretaria de educação que envie o relatório de diagnóstico que fez esse embasamento de escolas e a justificava foi condição sócio-econômica baixa dos alunos, falta de interesse desses alunos, ser escola do campo, e falta de interesse dos pais. Então estão buscando argumentos frágeis e sem fundamentação lógica para o fechamento das escolas do campo. Os estudos estão sendo feitos e serão socializados com a Conec para que contribuam com os encaminhamentos.

Rita – Tem uma vaga para a Conec para esse Grupo de Fortalecimento. Ficou Consed e Undime. A professora Rita passou para o Grupo de fortalecimentos das CEFFAS por alternância. Também tem prazo de 120 dias para apresentar os resultados.

Márcio – Dentro das diversas propostas já apresentadas pelo GT, uma delas era a questão das séries finais do EF serem contempladas dentro do Fundeb, então foi assinada a portaria que regulamenta recurso diferenciado para as CEFFAS.

Rita – Ata de reunião do GT dos dias 13 e 14 de outubro de 2015.

Márcio – Tem previsão de videoconferência para do dia 04 de dezembro que está sendo articulado.

Joel – O GT é o resultado de um longo processo de debate. Em novembro de 2014 teve um seminário no Mec com a Rede e no seminário tinha três eixos fundamentais: capilarização da LECOC, políticas públicas em educação do campo e pedagogia da alternância e organização e estrutura do Ceffas no Brasil. Com a alteração da Lei do FUNDEB 2695 de 2012, artigo 13, as matrículas deveriam ser realizadas pela Rede, só que em 2013 foi feita uma Nota técnica que deu um abrangência, mas logo em seguida saiu uma portaria que restringiu as matrículas das séries finais, mas além de discutir isso, o GT tem esses outros elementos para serem trabalhados. É um plano de ação para que a Rede possa acessar as políticas públicas. É um GT que conta com o apoio do Secretário da SECADI e do FONEC. É um plano de ação que conta com duas frentes, uma com a Frente Parlamentar da Educação do Campo e outra revistar o Pronacampo.

Rita – o segundo item é apresentação das ações do Pronacampo – 2015.

Divina- Os professores não são reconhecidos pelo sistema de ensino embora tenha o decreto do Estado reconhecendo o curso por área do reconhecimento, enquanto portaria do Conselho estadual de educação, reconhecendo esses cursos. Falta reconhecimento do Estado com relação ao perfil desse egresso. A última que estamos embolados e estudar uma resposta são em relação às ciências agrárias, Os egressos estão sentindo de dificuldade: onde vão atuar. A gente se questiona com relação ao projeto pedagógico do curso. As universidades se propõem a fazer uma formação dos cursos de ciências agrárias e no entanto não sabe como e onde vai atuar vai atuando buscando uma falta o reconhecimento do sistema de ensino em relação ao perfil

do egresso. Com relação a ciências agrárias. Os egressos estão sentindo dificuldade de onde atuar. Se questiona também quanto ao projeto pedagógico dos cursos.

Rita- Uma questão que tá acontecendo..., Esses nossos cursos de educação de Licenciatura na educação do campo e na educação escolar indígena... Eles são cursos que se organizam por área do conhecimento. Ocorre que os currículos das escolas indígenas e das escolas do campo não estão por área do conhecimento, eles são disciplinares. Então, estamos tendo professor sempre, são formados na área do conhecimento e quando chegam na secretaria para realizar esse concurso ai tem esse embate. Eu era conselheira do conselho educacional de educação, do ensino, as diretrizes orientam para que os currículos sejam organizados por área do conhecimento. (...) Alguns, alguns dos secretários, por esses dias, alguns deles sugeriram fosses disciplinares, nós não concordamos com isso por uma série de questões que a gente não vai discutir isso agora, Nós não acordamos que sejam organizados de forma disciplinar. Porque a gente acredita que é um retrocesso político e pedagógico. Por causa do nosso projeto político mesmo de escola do campo e escola indígena. Sem falar que a gente acha pra que abrir uma escola de ensino médio que uma comunidade em que a população pequena, imagina contratar um professor pra física, matemática, química. A nossa orientação enquanto ministério e conselho é que os cursos continuem sendo ofertados por área do conhecimento. A Divina fez essa provocação são conselho, porque nós temos as diretrizes. Reforçando a organização por área do conhecimento.

Divina- Só finalizando a minha fala, no sentido de trazer esse debate, pra gente pensar se esses cursos de ciências agrárias por área conhecimento. Pensar nas ciências agrárias do ponto de vista que ele possa permear. As outras áreas para ir alimentando a identidade do campo, das ações.

Auria – No que diz respeito à formação ou a organização do campo por área do conhecimento... Nós estamos trabalhando nessa direção e conseguimos avançar com um projeto e o conselho já caminhou bastante estadual de educação, o conselho caminhou, aprovou, inclusive. Nós vamos caminhar no sentido de

dialogar com a categoria dos educadores, dialogar com a promotoria, que é outro ponto, quando trata da questão do concurso, a promotoria quer uma organização disciplinar. Ele quer é um professor de matemática, geografia. Agora está na fase de discussão por fora das instituições, mas também como a gente se organiza as nossa organização curricular e pedagógica sem perder de vista as diretrizes curriculares para educação do campo. Garantir efetivamente que a gente implante esse processo progressivamente. É um processo! Não dá pra ser de uma vez. Dá pra avançar em algumas escolas Na organização do currículo por área. Nós vamos dar conta de caminhar um pouco e tem muita discussão em relação a isso. Não dá mais pra retornar com essa discussão. Pensar nas ciências agrárias do ponto de vista que ele transvessalize as outras áreas para ir alimentando a identidade do campo, das ações. Fazer uma ação mais progressiva e quem sabe chegar numa sistemática de 2017 e avançar nessa expectativa. Que estratégias, que aspectos legais, inclusive, apropria estrutura curricular. Existem várias travas para realizar um concurso por área do conhecimento tanto do ponto de vista do funcionamento do sistema como de profissionais.

Joel - O debate que foi feito no seminário, uma das questões foi o contraponto da formação com a área do conhecimento. Proposto em discussões separadas: ciências da natureza, matemática, ciências humanas, linguagens. Depois, foi proposto que sentássemos juntos. Nós tivemos uma dificuldade do pessoal da matemática para pensar nesse sentido e nessa lógica. Não vamos discutir pensar na natureza, ou na matemática. Vamos pensar na integração das áreas. Eu posso ter uma área fragmentada, posso ter área que não se agrega. Pensamos quais os êxodos pedagógicos centrais que não fragmentem a área. Encontra um mote da integração foi a nossa maior discussão. O pessoal do Procampo nordeste com uma ênfase muito maior, nós temos acompanhado o Espírito Santo um arranjo muito maior. Uma com tema gerador com todas as series, temas geradores específicos. Um trabalhando todas as multisseriadas e outro as seriadas e sempre pensando que a lógica. O eixo fundante é a questão agrárias, as outras questões devem se articular. É o fundante. Outra questão é a formação dos formadores. No Espírito Santo tem três níveis de estrutura temos

três escolas em alternância pelo estado, pelo município deve ter umas vinte. A área das ciências agrárias, a contratação temporária faz a contratação específica. No Espírito Santo ela faz assim, na linguagem prepondera a língua portuguesa, das ciências da natureza química, física, matemática. Não vai trabalhar isolado dentro dela.

Divina- Quando falei em repensar nas ciências agrárias como área do conhecimento, isso pensando como esse sujeito está sendo formado e os espaços formativos que ele vai atuar. A carga dele não é suficiente para ensino técnico. Ele pode ser um professor de educação ambiental? Pensar nos espaços formativos que os sujeitos vai enviar.

Xavier- Uma grande preocupação nesse encontro lá e complemento o que o Joel colocou no grupo das áreas de humanas, trabalhar na perceptiva por ensino das áreas, mas que isso não sirva para agradar executivos e eliminar professores de física e matemática. Eles não estão preparados ainda dentro da universidade. Quem vai fazer a formação dos formadores? Para não fazer uma transposição do aluno por área sem considerar um processo que começa com aluno na creche e vai até a pós-graduação. O egresso na universidade para mestrados e doutorado, o processo seletivo que vai se dar por área. A universidade vai nos aceitar? Ou vai sangrar para conseguir uma vaga? Nós estamos formando pessoa para licenciaturas, licenciados para ensinar, se a gente não faz conexões de saberes. (Ministro de Educação da Finlândia). Nós temos as conexões dos saberes por áreas, mas os professores de matemática está ali, o de física está ali, de química está ali e depois completar que lá duram 8 e 9 horas diárias. Os professores das licenciaturas. Não damos conta se a gente não fizer primeira. Faz um decreto e faz portaria e eles ficam lá...Eles que vão aplicar isso. Tem discutir que o professor.

Membro do conselho- O que a gente tem que tratar agora é como você faz um movimento com o professor que está em processo na formação, Como fazer com que eles tratem educação do campo com a sua identidade. Essa discussão vem ao longo dos anos. Termina sempre a gente coloca nossos alunos lá no

centro urbano, ou fazendo o campo uma dimensão escola mais urbana. Estamos muito preocupados com essas questões e estamos trabalhando nesse sentido e esperando a boa hora.

Divina- Nós não podemos esquecer, claro que isso, em função da contratação de novos professores que não tiveram experiência em educação do campo. Essa formação precisa ser feita... Esses seminários e encontros foram pensando nessa formação, desde o Pará estamos pensando nisso. A licenciatura em educação do campo é um processo em construção. Ela não é uma licenciatura pronta. E pra cada universidade e pra cada território existe desafios e elementos que precisam ser acrescentados ai no curriculum. A licenciatura em educação do campo, se a gente pegar lá no início, foi montada em cima nos moldes do PRONERA que tem características especifica que é pra atuar nos assentamentos, os professores já saem da formação e já estão dentro do assentamento garantindo os professores saem, garantindo sua efetividade dentro do assentamento, das escolas, dos processos formativos. Diferentes Nas licenciaturas de Educação do Campo existem vários movimentos que participam desse movimento, pessoas que não participam de nenhum movimento social e não tem nenhuma militância. Vão ali porque acham interessante uma licenciatura em Educação do campo. Então, é um processo que a gente precisa rever, debater se as universidades se as universidades estão cumprindo aqueles princípios das quatro pilotos. Se for preciso uma comissão vai propor um redesenho das licenciaturas e do jeito que está continuar, sem continuar quando os movimentos sociais e está sendo desvirtuado então precisa pensar e ver de que forma isso realmente vai acontecer.

PNLD CAMPO:

O PNLD campo a universidade – (A coordenadora apresentar as obras). Quatro coleções nove livros regionais e 98 volumes ao todo. Desse total ai, A UFMG foi convidada por ter feito o processo avaliativo no ano passado foi novamente convidada para fazer os processos avaliativos outra vez. Nós ficamos com quatro coleções. Girassol permaneceu, e tivemos a inclusão de um livro

regional. Foi selecionadas, culturas e regiões do Brasil. E aí de certa forma este livro abrange todas as regiões do Brasil

Rita- Ainda temos uma produção tímida na nossa área temática, espero que os autores da área do campo, mas o PNLDS vai fomentar. Quem sabe ano que vem teremos um volume maior. A gente vê que são pouquinhas e as mesmas.

Divina- Na edição de 2018 em (...) regular. O MEC vai fazer um edital aberto para todos os PNLDS. Um item que nos chamou atenção e vai ser positivo para o Procampo, pessoa física vai apresentar o material didático. Aí, vamos ter números maiores de materiais, as próprias universidades. E tem matéria, a RESAB tem material muito bom. Uma informação importante dada pelo FNDE não tenho as obras mais solicitadas, mas que todos os livros 100% já foram entregues na prefeitura. Temos que fazer que eles livros cheguem até as escolas. Nós estamos com uma ação conjunta com o FNDE para disparar um e-mail coletivo

Divina, apresenta os cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento da educação do campo. Nós tivemos recursos para efetivação dessas vagas. Os recursos foram priorizados para o Escola, dá tempo e licenciatura que já estavam em funcionalidade. Não foi selecionado nenhum livro para as escolas multisseriadas. Elas vão receber os livros criados para outras escolas.

Rosane- Eu trouxe pra vocês o PDDE ÁGUA E ESCOLA um quadro cronológico. Este ano não teve pagamento em relação a 2015. O PDDE, dinheiro direto de escola, PDDE interativo, só que a do campo específico, direto da escola. A boa notícia é que não tenha sido pago nada esse ano, é há previsão de pagamento, vamos esperar que realmente se cumpra 20 milhões. No água o pagamento foi efetivado integral.

Divina- Mais uma ação prioritária que é pagar o PDDEs todos do MEC. A gente fez uma força tarefa em maio.

Xavier- Então, gente a primeira coisa é o seguinte é falar das poucas alegrias que um tenha modéstia parte dentro da Educação Do Campo. É um projeto que eu estou dentro deles. Que nas nasce de lá de onde estamos falando. É um projeto que está nas Universidades federais de lá ainda, adentrar as universidades estaduais, se o dinheiro assim deixar, e os institutos. Já é bom a gente começar a azeitar o financiamento. É um projeto... A portaria dele é 2013. Ele começou a rodar no final 2014. Ele tem um ano. Ele pega um pouco pronacampo e proner, mas ele resgata os princípios da educação do campo, mais que nossos êxito e áreas, a grande preocupação da Escola da terra, intervenção direta, partir da proposição concreta com que vem do campo. Se nós acreditamos, um processo formativo, transformador, o nosso mestre maior sobre tudo Paulo Freire. Temos claramente Nossos eixos, nossas áreas. O projeto é desenhado para além do que a gente aprova aqui no MEC, Na execução é adaptada a partir do que se percebe em casa município. Vou dar um exemplo. São várias questões. A gente tem problemas, No Espírito Santo, tem guerra fria em estado e universidade. Perspectivas. O princípio do ponto de vistas em concepções metodológicas vocês sabem que tem aquelas cisões. Se os princípios estão garantidos, a gente vai mediando as outras questões. Nós estamos em dez turmas, rodando em turmas formadas em seis estados. O maranhão é um deles e está ousando, a gente tá em nível de aperfeiçoamento. O nosso aperfeiçoamento, Ai, eu convido a vocês, eu posso leva pra coordenação, para vocês terem contato de forma mais ativa. Critiquem mesmo. Sensíveis. A gente dá sorte de contar com pessoas sensíveis, os coordenadores não são principiantes. Os professores Coordenadores têm carinho especial, não são principiantes. Esse é o êxito do programa, Celi Taffarel, Darli, Iranete. Salomão, Arlinda, são, Arlinda, Isabel Antunes. Os movimentos vêm e é bonito aquela interação! A questão do dia a dia. O projeto estará em 13 estados agora. Devo lembrar A professora socorro silva que o convite está, aderiu, colocar Pré LOA. Região norte Amapá. Em um ano saltar de 10, 7 pra 23, universidades estaduais, os institutos que também agora querem. A gente tá vendo com muito carinho. E adentrando a região norte. Porque não dá pra expandir de qualquer forma.

Rita - Nós temos uma facilidade de universidade e institutos por conta das transferências de recursos. Parte de recurso. Com as estaduais... Tem que fazer um convênio, esse convênio passa lá pela procuradoria da cidade, e a MEC e depois do FNDE. O processo fica rolando por ano. A universidade não tem tempo de empenhar. Começamos a formação em 2008, básica. A UFC começou na mesma época duas turmas, tanto para os gestores para as políticas como para os que estão em formação.

UECE - Nós começamos a formação em 2008 e até agora. A UFC começou na mesma formou duas formas.

Joel - É preciso repensar esse percurso formativo no sentido de integração e mostrar antagonismo dos processos. Se não fica sendo mais uma formação. O mesmo sujeito que tá na formação da escola da terra, tá no **agrinho**, tá no SEBRAE. Então, pensar além da escola da terra é necessário. Com a intenção Marcar identidade, marcar posição. Um desafio que a gente tá disposto a contribuir como movimento. As formações acontecem ao mesmo tempo, e eles vão pra onde? Pensar na articulação dos programas e o antagonismo dos mesmos.

Xavier: a gente repensa num projeto rodando nas nossas mentes, Os problemas é que a gente não consegue ter escala pra muitos municípios. É limitada, A gente tem estratégias para tentar ampliar. (Menciona o prefeito de Minas Secretaria\ vive prefeita\seminário que esta participou) O final do seminário depois de três dias, de ouvir os movimentos, ela (a secretária) (mudou de ideia). Eu vou me esforçar para manter as escolas. Nem sempre os prefeitos são os bichos. De fato tem, tenta matar. Os estados que tem a escola da terra tem muita informação. O grande sonho e um projeto integrador. Na dimensão dos nossos alunos, o rio grande do sul tá todo mundo integrado. O nosso grande desejo. O mundo acadêmico é mais congelado, (...), acadêmico e dinâmico.

Simões- (não audível) O MEC não manda o recurso para o curso, chega lá manutenção da graduação. Manda para a universidade. É preciso deixar claro. A vaga não vai parar onde queremos. Nem sempre o edital coloca o perfil e ai ele

não é preenchido. Isso acontece. O perfil do campo específico, não parece. Todos que chegaram não atende. Tem outro olhar para as vagas. O que preocupa a gente é que as vagas não estão sendo preenchidas como gostaríamos. Isso acontece com dois programas. Tem que trabalhar o olhar para as vagas. (...) É interessante para que as vagas sejam preenchidas com o nosso perfil. (...) É preciso Um olhar diferente na universidade, tentar sensibilizar. Os alunos da matemática custam mais caro que o aluno da medicina. Tem que convencer ao pessoal da matriz que esse aluno da educação do campo é que custa mais cara (...).

Xavier- Eu acho que é uma questão importante. Ele está constatando uma vantagem. Quando analise o nosso lado é uma desvantagem muito grande. Na escola da terra, o nosso dinheiro sumir. A decisão d universidade e não A universidade É aristocrata escola a gente vive. Não vai sobrar dinheiro Procampo.

Divina- Uma situação, Xavier, que já vem sendo discutida a um tempo, entre os diretores, secretário. Temos que afinar melhor isso. Apesar da autonomia que a universidade tem. Não podemos esquecer que foi feito um edital conjunto SESU, SETEC, SECADI. Os reitores quando concorreram aceitaram as condições. É um curso por alternância! São situações que precisa afinar com os novos secretários, novos diretores. É um curso para as universidades sabemos que muitas não têm alojamento. DE que as universidades tem que observar hoje. Se hoje com os recursos que nós temos dificuldades de acesso, imagina como vai disputar esse bolo. A UFMG por aluno e para fazer a alternância. E o bolo da disputa do curso, é passada 800 reais por aluno, é uma situação que a gente precisa resolver e garantir a legitimidade desse curso.

Período da tarde

Apresentação do Projovem Campo – Diretoria da Juventude: Leila Taeko Comentou que 75% do recurso foi empenhado. O custo por aluno é R\$. 340,00. Comentou sobre a Resolução nº 06 de 2015 do FNDE.

Apresentação Fernanda Frade da DPE/SETEC sobre a Educação Profissional e Tecnológica do campo, das Florestas e das águas.

Destacou que as ações são indutores de do reconhecimento:

- dos sujeitos do campo, das florestas, das águas e de suas diversidades;
- e da Agroecologia e produção orgânica como diretrizes das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Campo, das Florestas e das Águas:
- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Campo, das Florestas e das águas.

Comentou sobre: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); a Planapo 2013-2015; as Instâncias de Gestão da PNAPO; a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção - Instituída pela Portaria nº 177, de 3 de julho de 2006; Iniciativas da Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção; (Re)significação do Ensino Agrícola; I Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo na Rede Federal; REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS NAS REDES PÚBLICAS (Portaria nº 505, de 21 de maio de 2015); da I Reunião da CNEPT do Campo, das Florestas e das Águas nas redes públicas; da II Reunião da CNEPT do Campo, das Florestas e das Águas nas redes públicas e da Agenda da CNEPT do Campo, das Florestas e das Águas nas redes públicas:

- Apresentação das Minutas dos Documentos (Pronatec e Diretrizes): 10 de fevereiro de 2016;
- III Reunião da Comissão: 25 de fevereiro de 2016;
- II Seminário nacional: abril 2016.

Apresentação da Base Comum Nacional pelo professor Ítalo da Dicei/SEB – A discussão sobre a Base Nacional Comum não é nova e não é simples. O Documento preliminar sofreu críticas porque não foi tratado da educação do

campo, mas isso já está sendo trabalhado para a próxima versão do Documento após irá ser encaminhado para o CNE.

O Diretor solicita a mobilização da Conec para contribuir com questões da educação do campo no Documento Base Nacional Comum. Sugere criar um GT para discutir o projeto até a segunda quinzena de janeiro.

Encaminhar para as contribuições para professor Elsio da SEB – Elsio José Cora (COEF/DICEI) – elsiocora@mec.gov.br (2022-8437).

Apresentação do Professor Mauro da Diretoria de Educação de Jovens e Adulto, tem rever o Pronatec EJA, que é uma modalidade do Pronatec, criada em 2014, portaria 125 de 13 de fevereiro, definindo o escopo do Pronatec Eja, mas na avaliação do Professor Mauro “o perdemos o bonde, pois fomos engolidos por outros demandantes que não estão tratando essa relação escolarização e qualificação profissional de forma minimamente articulada”. O Pronatec Eja tem a intenção de ser uma ação integrada com a perspectiva aos moldes do PROEJA. O Pronatec Eja precisa se materializar e é preciso convencer a SETEC a trabalhar a escolaridade com a qualificação profissional para que os estudantes possam resgatar um projeto de vida. Então é preciso pensar numa proposta de reconstrução da política e prever algumas ações que devem melhorar o atendimento desse público. É preciso retomar a questão do FUNDEB para EJA. Necessidade de rever as diretrizes operacionais da educação do campo para flexibilizar mais a oferta de educação de jovens e adultos para os estados e municípios. Entende que é preciso também fortalecer a relação com as coordenações.

Alessandro – O Pronatec campo, observa-se um público que a maioria é da EJA, alguns ajustes devem ser desencadeados no processo, precisa de mais controle social do Pronatec, para assegurar todo processo de formação de acordo com os princípios da educação do campo, que não seja a profissionalização pela profissionalização, mas um, mas profissionalização com contextualização com discussão na construção da autonomia, na cidadania das populações camponesas. Mas isso é um desafio. Tem previsão de atendimento para o ano quem?

Mauro – Eu tenho algumas frustrações no MEC, não ter conseguido implementar o Programa Olhar Brasil, não ter decolado a Agenda Territorial, e não ter conseguido materializar o Pronatec Eja. Mobilizamos 540 mil pessoas, nossa relação com a escola mudou, a Áurea sabe disso, não é possível a SECADI DPAEJA ter um número bem certinho de tudo o que está sendo realizado, 119 mil pessoas da educação de jovens e adulto integrada em nível técnico e mais, quase, 900 mil pessoas do ensino fundamental. Infelizmente escolhemos parceiros que se preocupam muito mais com a qualificação profissional em si, do que essa articulação necessária com a escolarização. Hoje o grande entrave do Pronatec é o baixíssimo nível de escolarização. Atendemos um público muito jovem. Em 2016 a previsão era para a ampliação 500 mil vagas para educação de jovens e adultos, mas teve repasse ponderação 0.8, para que possa implementar turmas novas, apresentamos um nº menor de 230 mil vagas, mas todas elas integradas com educação e qualificação profissional com fator de ponderação maior 1.2 que nos obrigou a diminuir o nº de novas vagas, mas vamos fazer da melhor maneira possível. Teremos a educação do campo como prioridade e os pescadores que tem baixíssima escolarização, e outro público valioso são as pessoas em privação de liberdade, esses três públicos são prioridades. Mas na portaria tem outros, pessoas de rua, catadores, as pessoas mais vulneráveis estão na portaria. Então 230 mil x 3 vai uns 700 mil. E tem esse dinheiro? Mas, isso está na PLOA desde maio de 2015.

Joel – O GT tem que discutir a questão da EJA, vinculada a Rede, recentemente fez-se um levantamento da Rede e não tem ampliado oferta ou apresentado nºs, mas quando iniciamos o processo formativo, na década de 70, era praticamente EJA, não tinha semi-árido, nos começamos nosso trabalho com a EJA.

Mauro – Garantir uma formação específica é muito simples. O recurso para essas novas turmas vai direto para os municípios e esse recurso pode ser usado para formação de professores, aproveitar isso é importante. A matrícula do campo a cada ano cai um pouquinho, mas quando articulada com qualificação

profissional tem um aumento, isso faz com que a gente aposte na escolarização com qualificação do campo.

SEPPIR – Os povos tradicionais são os mais vulneráveis, então qual é o critério para seleção dos formadores?

Mauro – A secretária Macaé acompanhava isso de perto, a dificuldade está na mobilização. Já pode definir que são públicos específicos, embora haja um alista enorme, já se pode definir esses três como públicos prioritário pela proximidade que temos com alguns parceiros, porque temos um relação muito boa com o Ministério Público e Ministério da Pesca e Agrário, com a SEPPIR. Então nós temos muita facilidade de falar: vamos atender 230 mil vagas, dividida entre campo, quilombola, pescadores e pessoas em privação de liberdade. Tem-se ainda a resistência em ofertar o curso. (O professor Mauro ficou de encaminhar uma apresentação que fez)

Final da reunião o Secretário apareceu

XXX - Sugeriu criar um GT para discutir a Base Nacional Comum.

Secretário - Realizar uma reunião o mais rápido possível para discutir a Base Nacional Comum.

Conec - trabalhar o documento Base Nacional Comum, prazo de 15 até dia 19/12. Encaminhar para...

Encaminhamentos

- ✓ A constituição de um grupo de trabalho para fazer a leitura mais detalhada da Base, se for necessário a SECADI irá viabilizar reuniões para debater a construção da Base. - Ficou marcada para o dia 15 de dezembro reunião Conec.
- ✓ Professora Antônia irá encaminhar apontamentos sobre o documento Base Nacional Comum. (três pontos?);

- ✓ Até o dia 11 já traz as contribuições no seminário para a consolidação, após será socializado para os membros da Conec;
- ✓ Verificar com os membros da Conec se eles têm contribuição para documento Base Nacional Comum (cobrar por email?);
- ✓ O professor Mauro ficou de encaminhar uma apresentação que fez;
- ✓ Pensar em um seminário sobre a questão da mineradora na escola (caso de Mariana). O Secretário solicitou um estudo para o Núcleo de Estudos da Mineração em Santo Amaro apresentar um projeto e pede que a Conec e o Fonec se associem a essa iniciativa;
- ✓ Incluir também o Ministério Público do Estado, que está se mostrando um grande parceiro na Campanha Nacional;
- ✓ Grupo de Fortalecimento – incluir novos integrantes Consed e Undime;
- ✓ Encaminhar aos membros da Conec as apresentações.